



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

BOLETIM INFORMATIVO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE



EDIÇÃO Nº 08 – JULHO A DEZEMBRO/2023

A **Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA)** tem como objetivo fortalecer e aprimorar a atuação dos órgãos do Ministério Público brasileiro na tutela do meio ambiente, repressiva e preventiva, de modo a facilitar a integração e o desenvolvimento da instituição nessa temática de singular relevância. A CMA foi criada pela **Resolução CNMP nº 145/2016** e tornada definitiva pela **Emenda Regimental nº 20/2019**.

Composição:

Conselheiro Presidente: Rinaldo Reis Lima

Membro Auxiliar: Tarcila Santos Britto Gomes (promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás)

Servidoras:

Karina Fleury Curado Simas Cavalcanti
Letícia Porchera Batista Cassaro

Apoio Administrativo: Daniela Chrysthiane de Oliveira Gomes

Estagiário: Arthur Carrusca Lima Britto



Parcerias



O Conselho Nacional do Ministério Público, o Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB) celebraram acordo de cooperação técnica para desenvolver e ampliar as ações do projeto “Sede de aprender”. A solenidade de assinatura ocorreu na terça-feira, 24 de outubro, em

Brasília, durante a 16ª Sessão Ordinária de 2023 do CNMP.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA



O projeto tem como objetivos: analisar e monitorar a oferta de água; ampliar a reflexão do ciclo da água nas escolas e residências; alinhamento aos objetivos de desenvolvimento sustentável (Agenda 2030); replicação em unidades familiares, por meio do exemplo e informação observados no ambiente escolar; ampliar o sistema de saneamento; transformar local de destinação (desagradável para agradável) e capacitação com projetos nas unidades escolares. Nesse sentido, o projeto se alinha ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 6 da Organização das Nações Unidas (ONU), que, em 2010, declarou o acesso à água potável como um direito humano fundamental.





No dia 20 de novembro foi realizada a cerimônia de assinatura do acordo de resultados firmado entre o CNMP, os MPs dos Estados do Maranhão, de Tocantins, da Bahia e do Piauí, a Abrampa e a *World Wide Fund for Nature*. O projeto visa fortalecer os Ministérios Públicos na região, combatendo os desmatamentos ilegais em prol do Cerrado, incluindo a "Plataforma MP Desmate Zero".

A plataforma tem o objetivo de garantir a informação e transparência das medidas adotadas pelos Ministérios Públicos. A partir de janeiro de 2024, serão divulgados dados públicos sobre inquéritos civis públicos e ações civis públicas relacionados a desmatamentos ilegais, identificando procedimentos com o código do imóvel e local, para consulta pública. **(Assista aqui à solenidade de assinatura)**



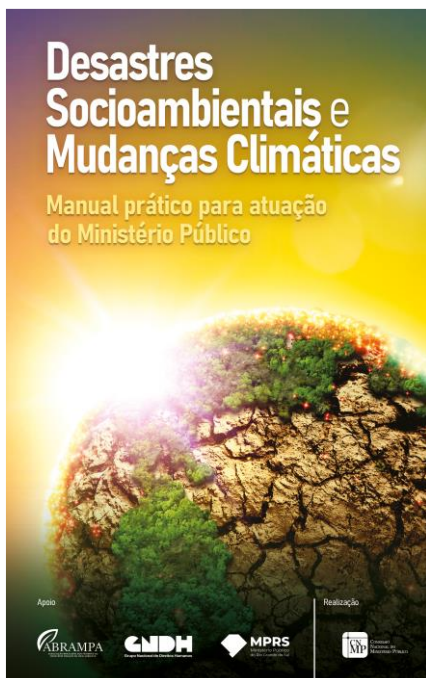
Publicações

Foi lançada no dia 14 de novembro, na 17ª Sessão Ordinária de 2023, a publicação digital “Patrimônio histórico e cultural: salvaguarda e atuação do Ministério Público”. A obra, com 295 páginas, reúne 15 artigos sobre estudos práticos, teóricos e experiências bem-sucedidas de diversos setores, incluindo o Ministério Público, os poderes públicos, a academia e a sociedade civil, relacionados à defesa e à proteção do patrimônio histórico e cultural brasileiro.



A publicação tem como objetivo estimular a circulação do conhecimento para capacitar e atualizar a atuação ministerial nessa importante temática. Os artigos que fazem parte da publicação “Patrimônio histórico e cultural: salvaguarda e atuação do Ministério Público” foram submetidos às diretrizes de edital lançado em abril deste ano, durante o “Seminário nacional de direito do patrimônio cultural”, promovido pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) e apoiado pelo CNMP.





O presidente da CMA, conselheiro Rinaldo Reis, lançou a obra **“Desastres Socioambientais e Mudanças Climáticas – Manual Prático para atuação do Ministério Público”** durante o Seminário **“Realidade das Mudanças Climáticas: os desafios da Governança e da Reconstrução”**, ocorrido nos dias 22 e 23 de novembro, na sede do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Posteriormente, no âmbito do CNMP, o presidente anunciou o lançamento na 18ª Sessão Ordinária de 2023, dia 28 de novembro.

A publicação, que foi desenvolvida pelo Grupo de Trabalho sobre Desastres Socioambientais e Mudanças Climáticas do CNMP, foi concebida para auxiliar os membros do Ministério Público de todo o país em sua tarefa de lidar com os desastres, antes, durante e após a ocorrência.

A primeira parte da obra aborda as ações e providências visando a prevenção, mitigação e preparação para os desastres. Na segunda seção, o trabalho trata da resposta imediata a eventos críticos. Por fim, pretende situar o Ministério Público no âmbito das iniciativas de recuperação e reconstrução.



Eventos e reuniões relacionados à temática do meio ambiente

Nos dias 22 e 23 de novembro aconteceu, na sede do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, o Seminário **"Realidade das Mudanças Climáticas: os desafios da Governança e da Reconstrução"**.

A iniciativa do MPRS contou com o apoio da Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA/CNMP), e ocorreu como desdobramento do Seminário "Mudanças Climáticas: uma abordagem interdisciplinar", organizado pela Comissão em setembro deste ano.



Seminário
Realidade das Mudanças Climáticas:
Os Desafios da Governança e da Reconstrução

22 E 23
NOVEMBRO

22 NOV
08:30 às 11:30
e às 14h às 17h30

23 NOV
08h às 12h e das
13h30 às 17h30

AUDITÓRIO
MONDERCIL PAULO DE MORAES - MPRS
Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, nº 60, 3º andar,
Torre Heitor, Porto Alegre/RS.

PARA INSCRIÇÃO E
MAIS INFORMAÇÕES CLIQUE AQUI.

TRAGA SUA GARRAFA DE ÁGUA OU CANECA.
O MEIO AMBIENTE AGRADECE!

MPRS Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
CNMP Conselho Nacional do Ministério Público



No evento, foram abordados temas relacionados às mudanças climáticas e seus reflexos socioambientais, como a ciência do clima, os desastres socioambientais, o licenciamento ambiental e a governança climática, dentre outros assuntos de grande repercussão nessa seara.



O conselheiro atuou como mediador do Painel IV - Licenciamento ambiental e prevenção.

Já a promotora de Justiça e membro auxiliar da CMA, Tarcila Gomes, participou como mediadora do Painel VII - Cidades, destruição e reconstrução.



Na ocasião, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da Comissão de Meio Ambiente (CMA), e o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPRS) lançaram a **“Carta de Porto Alegre sobre desastres e crise climática”**, na qual reconhecem os esforços empenhados pelos governos federal, estaduais e municipais, bem como pela sociedade civil no enfrentamento da crise humanitária causada pelos eventos climáticos extremos que assolam o território nacional.



No dia 4 de julho, a Comissão do Meio Ambiente (CMA) do Conselho Nacional do Ministério Público e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) reuniram-se na sede do CNMP, em Brasília, a fim de iniciarem as **tratativas para a organização de cursos de capacitações** voltadas aos membros do Ministério Público brasileiro.

Durante a reunião, foi acordado que a CMA e a ANA trabalharão juntas na elaboração de um curso específico para membros do MP até o



primeiro semestre de 2024, abrangendo temas como gestão de recursos hídricos, regulação de saneamento, segurança de barragens, pagamento por serviços ambientais e águas subterrâneas.



Na quarta-feira, 9 de agosto, membros auxiliares das Comissões de Meio Ambiente (CMA) e da Infância, Juventude e Educação (Cije) do Conselho Nacional do Ministério Público e o presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), César Miola, reuniram-se na sede do CNMP, em Brasília, a fim de definir estratégias e parcerias de modo a **ampliar o projeto “Sede de Aprender”** para todas as unidades da Federação. As comissões são presididas, respectivamente, pelos conselheiros Rinaldo Reis e Rogério Varela.

Iniciativa do Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL), o projeto “Sede de Aprender” tem como principal finalidade promover o saneamento básico e o

acesso à água potável nas escolas. Por meio de trabalho conjunto entre Ministério Público, gestores locais e os Tribunais de Contas, o projeto foi inicialmente implementado no Estado de Alagoas, sob a coordenação do Núcleo da Educação e do Núcleo do Patrimônio Público do MPAL.

Durante a reunião, a promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás e membro auxiliar da CMA, Tarcila Gomes, manifestou interesse em formalizar cooperação e traçar estratégias para replicar a iniciativa nos estados, propondo um pacto nacional pelo saneamento nas escolas que contemple a iniciativa como pauta prioritária.



A promotora de Justiça Tarcila Gomes participou, na qualidade de expositora, do **XXV Congresso Nacional do Ministério Público**, ocorrido no período de 08 a 10 de novembro na cidade de Salvador/BA.



Na ocasião, a representante da CMA apresentou a **tese “O Ministério Público como instituição de fomento às Soluções Baseadas na Natureza (SBN): Ações do Conselho Nacional do Ministério Público para Fortalecer a atuação preventiva e resolutiva relacionada aos desafios impostos pelas mudanças climáticas”**, como desdobramento das ações do Grupo de Trabalho "Desastres Socioambientais e Mudanças Climáticas".



Membros do Ministério Público indicados pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) participaram, como expositores, do evento promovido pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) intitulado **"Diálogo técnico sobre prevenção de crimes na cadeia de valor da pesca"**, realizado nos dias 8 e 9 de agosto, em Brasília.

O promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe e membro auxiliar do CNMP, Rafael Kurkowski, e a procuradora da República no Rio Grande do Sul Anelise Becker apresentaram o tema "A atuação do CNMP nos crimes da cadeia de pesca". Já a temática abordada pelo promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul Luciano Loubet foi "Valoração dos danos ambientais em delitos de pesca".



As indicações da CMA foram feitas a convite da UNODC, durante reunião realizada em junho deste ano para tratar da capacitação de membros do Ministério Público na investigação de crimes ambientais.



A promotora de Justiça Tarcila Gomes participou na qualidade de membro da Comissão Julgadora do Prêmio ANA 2023. A cerimônia de premiação ocorreu no dia 06 de dezembro, em Brasília/DF.

Apoiado pelo CNMP, o projeto, intitulado “Prêmio ANA 2023: as Melhores Ideias para Cuidar das Águas e do Saneamento Básico no Brasil”, contempla iniciativas de proteção aos recursos hídricos.



O CNMP, por meio da Comissão de Meio Ambiente (CMA), possui um acordo de cooperação técnica com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico para implementação de ações conjuntas e de apoio mútuo para aperfeiçoar a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro e da ANA.



Capacitações, oficinas e cursos

DIÁLOGOS AMBIENTAIS

(Clique aqui para assistir a todas as edições)



3ª edição: A importância da proteção às reservas florestais

Realizado em 27 de julho, o evento, conduzido remotamente e transmitido pelo canal do CNMP no *YouTube*, consistiu em três palestras destacando a importância da preservação ambiental.



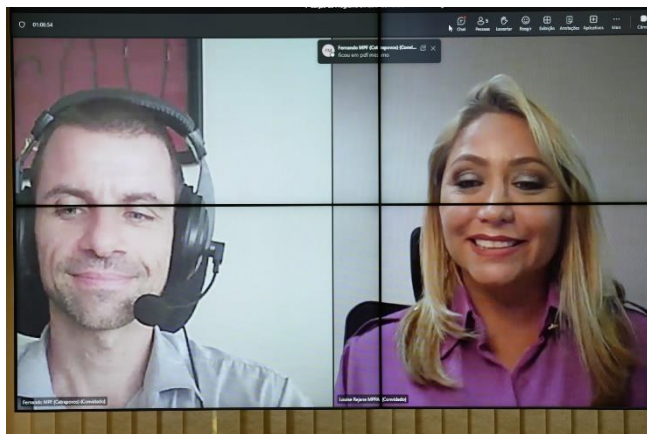
A procuradora da República do Ministério Público Federal em São Paulo Suzana Fairbanks iniciou as palestras com uma abordagem sobre a **proteção da Mata Atlântica em áreas urbanas, especialmente diante dos desafios da especulação imobiliária e dos interesses econômicos**. Em seguida o procurador de contas do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas Ruy Marcelo

Mendonça abordou o **regime jurídico especial de proteção das margens dos rios**, e a bióloga da prefeitura de Sarandi Simone Carla Tomazi discutiu a **importância da implantação de áreas protegidas nos municípios e a relevância das Reservas Particulares do Patrimônio Natural na mitigação das mudanças climáticas**.

4ª edição: Projeto Catrapovos Brasil e Jurisprudência do STJ quanto ao crime de poluição qualificada

Realizada no dia 31 de agosto, a edição contou com a participação da promotora de Justiça Louise Rejane de Araújo, que falou sobre o tema **“Crime de Poluição Qualificada Tem Natureza Permanente: Jurisprudência do STJ sobre a atuação do Ministério Público do Estado do Pará sobre o caso do Lixo Tóxico de Ulianópolis”**.





Na sequência, o procurador da República no Amazonas Fernando Soave discutiu sobre o tema **“MDP Catrapovos Brasil: estratégias para garantia da alimentação escolar adequada, segurança, soberania alimentar e acesso às compras públicas para povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais no Brasil”**.

5ª edição: Resolução consensual de conflitos ambientais

No dia 28 de setembro, foi apresentada, pela procuradora de Justiça do MPPE Christiane Roberta Gomes De Farias Santos e pela promotora de Justiça do MPPI Áurea Madruga, a **técnica de Harvard aplicada à área ambiental para negociação e resolução consensual de conflitos**. Em seguida, o advogado e docente da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) Cassio Arend debateu sobre as **decisões consensuadas que são providenciadas em conflitos ambientais**.



6ª edição: Litigância estratégica ambiental e diálogos com a advocacia





debates jurídicos”.

Realizada no dia 30 de outubro, a edição teve como palestrantes a procuradora de Justiça do MPRJ Inês Andreiuolo, com a exposição do tema **“Litigância estratégica nos Tribunais Superiores em matéria ambiental a partir de casos concretos”**. A advogada e gestora de projetos Marcela Pitombo com tema a **“Conversão de Multas Ambientais em serviços ambientais”**; e o advogado Leandro Henrique Mosello, que abordou **“Litigância climática e novos**

7ª edição: Atuação do MP na gestão de águas e saneamento

Realizada no dia 30 de novembro, a edição contou com a participação da promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia (MPBA) Luciana Khoury, com o tema **“Governança das águas, implementação dos instrumentos de gestão e atuação do Ministério Público”**.



Diálogos Ambientais

30 NOVEMBRO 16H

Atuação do MP na gestão de águas e saneamento

Luciana Espinheira da Costa Khoury
Promotora de Justiça (MPBA)

Alexandra Faccioli Martins
Promotora de Justiça (MPSP)

MODERADORA:
Br. BRUNA BARBOZA BRITO GOMES
Promotora de Justiça do Ministério Público
do Estado de Goiás e membro auxiliar da CMA

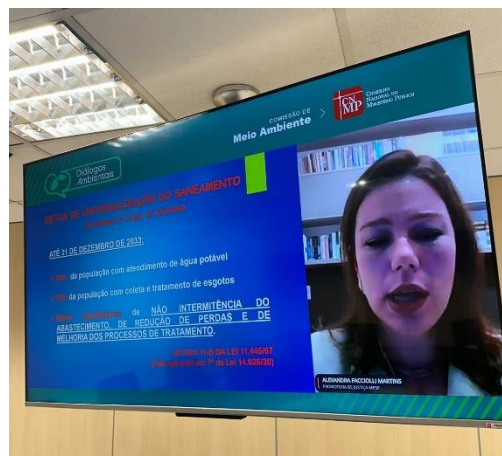
conselhoinmp

Na avaliação de Khoury, é essencial que o Ministério Público estructure suas atuações em defesa das águas em conjunto com a sociedade civil, visto que a exigência de ação por parte da instituição vem aumentando ao longo dos anos em todo território nacional.



Também participou do evento a promotora de Justiça do MPSP Alexandra Faccioli Martins, que apresentou o tema **“O Ministério Público e a fiscalização da água potável e do saneamento: como podemos avançar?”**

Em sua apresentação, Alexandra Faccioli enfatizou a falta de planejamento adequado, o uso de equipamentos obsoletos, a existência de estruturas deficitárias e a baixa sustentabilidade econômico-financeira dos serviços de abastecimento de água potável no país, como também a falta de investimentos para reverter a situação.



8ª edição: Atuação ambiental e seus impactos sociais e governamentais

Realizada no dia 07 de dezembro, a última edição contou com a participação da técnica administrativa do Ministério Público Federal (MPF) Tahinah Albuquerque Martins, com o tema **“ESG - práticas ambientais, sociais e de governança nas organizações”**; da advogada Ariana Gil, com o tema **“A Proteção Ambiental como forma de combate à Violência de Gênero e equilíbrio na Saúde Pública”**, e da engenheira ambiental Karoline Ribeiro de Moraes da Cunha, que apresentou o tema **“Descentralização municipal do Licenciamento Ambiental no Estado de Goiás: desafios e vantagens”**.



TUTORIAS DE SISTEMAS AMBIENTAIS
(Clique aqui para assistir a todas as edições)



2ª edição: SireneJud

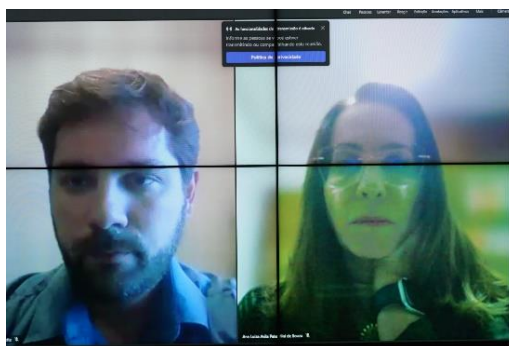
Ocorrido no dia 3 de agosto, o treinamento ensinou como **cadastrar o polígono da área do dano ambiental na plataforma SireneJud**, ferramenta interativa que reúne informações da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud) sobre ações judiciais relacionadas ao meio ambiente.



A tutoria teve como motivação as especificidades da linguagem adotada pela ferramenta e das dificuldades de acesso às informações e orientações para atendimento da exigência de inclusão obrigatória de documento específico, em formato *Keyhole Markup Language* (KML), complementando o trabalho do Grupo de Estudos do SireneJud.

3ª edição: Metodologias para detecção e controle da exploração florestal ilegal: usos dos sistemas do Ibama”

A terceira edição do projeto “Tutorias de sistemas ambientais” aconteceu no dia 14 de setembro e foi ministrada pelo coordenador-geral de gestão e monitoramento do uso da flora do Ibama, Allan Valezi; pela promotora de Justiça do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), Ana Luiza Ávila, e pelo analista e engenheiro florestal do mesmo MP José Guilherme Roquette.





Na ocasião, foi apresentada a nova **abordagem metodológica para detecção de fraudes para o comércio de madeira ilegal**, desenvolvido no âmbito do projeto “Materia”, bem como o procedimento instaurado para acompanhar a Política de Gestão Florestal no estado de Mato Grosso, ao qual o projeto está vinculado.

Também foi falado sobre o **sistema de comércio de madeiras nativas no Brasil**, desde a floresta até a indústria, o procedimento de fiscalização do comércio de madeiras nativas extraídas ilegalmente, bem como os problemas detectados e o potencial da metodologia.

O treinamento foi fechado para membros e servidores indicados pelos MPs, com transmissão *on-line* apenas pela plataforma Microsoft *Teams*.



4ª edição: Plataforma ClimaAdapt



A plataforma ClimaAdapt, desenvolvida em parceria pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e a Microsoft do Brasil, tem como **principal objetivo servir como referência de modelo de avaliação das vulnerabilidades às mudanças do clima em nível nacional**. A ferramenta serve para informar toda população sobre as vulnerabilidades às mudanças

do clima.



Como convidado desta edição, o coordenador-geral de Apoio aos Entes Subnacionais da Secretaria de Fundos e Instrumentos Financeiros do MDIR, Paulo Alexandre de Toledo, abordou não só o funcionamento do ClimaAdapt, como também os objetivos da plataforma e formas de levantamento de dados informatizados e monitoramento remoto. O evento ocorreu no dia 27 de outubro.

Seminário “Controle Externo e o Novo Marco Legal do Saneamento Básico”



Vinte e três representantes do Ministério Público brasileiro, indicados pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), participaram do **seminário “Controle Externo e o Novo Marco Legal do Saneamento Básico”**, realizado de 7 a 9 de agosto, em Brasília/DF.

O evento foi promovido pelo Instituto Rui Barbosa, por meio do Comitê Técnico de Concessões, Parcerias Público-Privadas e Privatizações dos Tribunais de

Contas e do Comitê Técnico de Meio Ambiente e Sustentabilidade, em parceria com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

As vagas foram disponibilizadas pela CMA com base no Acordo de Cooperação Técnica nº 13/2022, assinado entre o CNMP e a ANA. O evento contou também com a presença da promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO) e membro auxiliar da CMA, Tarcila Gomes.



Curso “Governança das águas subterrâneas: desafios e caminhos”



Dezessete representantes do Ministério Público brasileiro interessados e atuantes na área ambiental participaram do curso “Governança das águas subterrâneas: desafios e caminhos”, realizado de 15 a 18 de agosto, na sede da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), em Brasília/DF.

Os membros foram indicados pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) com base no Acordo de Cooperação Técnica n.º 13/2022, assinado entre o CNMP e a ANA.

A capacitação, realizada nos formatos presencial e virtual, abordou questões teórico-práticas e estudos de caso sobre a gestão de recursos hídricos. O objetivo foi contribuir para que os diversos atores sociais pudessem entender a importância das águas subterrâneas e compreendessem como os instrumentos de gestão hídrica podem ser utilizados para fomentar a gestão integrada das águas superficiais e subterrâneas.

O curso incluiu visitas monitoradas a espaços da ANA: a sala de situação, o centro de memória e o centro de instrumentação. O grupo também participou de saída de campo (foto), no dia 17, com visitas ao Lixão da Estrutural, ao Rancho Paraná, ao Parque Nacional de Brasília e à Universidade de Brasília (UnB).



Seminário “Mudanças Climáticas: uma abordagem interdisciplinar”



Nos dias 20 e 21 de setembro, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília, foi realizado o **Seminário “Mudanças Climáticas: uma abordagem interdisciplinar”**. O evento foi promovido pela Comissão de Meio Ambiente, em conjunto com a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa) e apoio do Conselho Nacional de

Procuradores-Gerais (CNPJ), por intermédio do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH).

O evento destacou o papel do Ministério Público como agente de mudança social e indutor de políticas públicas ambientais e mencionou o uso dos planos ambientais em níveis local e regional, como os Planos de Ação Climática, de Bacia Hidrográfica, de Saneamento Básico, de Habitação e de Drenagem, além da utilização e do estímulo das soluções baseadas na natureza.



O seminário, que durou dois dias, contou com a presença de palestrantes e especialistas com relevante atuação na temática que, por meio de painéis, abordaram temas relacionados às mudanças climáticas e seus reflexos socioambientais, especialmente sobre saneamento, resíduos, desastres ambientais, desmatamento, recursos hídricos, economias e geotecnologias, dentre outros.



Recomendações

Dois enunciados propostos pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) foram aprovados durante a reunião do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ).

A reunião foi realizada no último dia 10 de outubro no Centro Cultural dos Povos da Amazônia, em Manaus. **Os enunciados aprovados se referem ao “Uso de geotecnologia” e de “Soluções Baseadas na Natureza (SBN)”.**



Sobre o “Uso de geotecnologia”, enunciado apresentado e defendido pela procuradora de Justiça do MPPE e membro colaborador da CMA, Christiane Roberta Gomes de Farias Santos, preconiza que “o Ministério Público brasileiro deverá fortalecer a utilização de sensoriamento remoto, sistemas de dados e plataformas de informações

obtidas por satélite na instrução dos seus procedimentos extrajudiciais, para a defesa inovadora e eficaz do meio ambiente com o uso da geotecnologia”.

Ainda segundo o texto, o enunciado diz que “para ampliar o uso das ferramentas e atualização dos conhecimentos de forma adequada, a partir dos seus centros de aperfeiçoamento, as unidades do Ministério Público precisarão criar programas de capacitação em sensoriamento remoto e geotecnologia e fornecer a membras e membros e servidoras e servidores, que tenham atribuição na área ambiental”.

Já o enunciado “Soluções Baseadas na Natureza (SBN)”, proposto pela promotora de Justiça do MPMGO e membro auxiliar da CMA, Tarcila Santos Britto Gomes, diz que “com a finalidade de garantir a justiça climática, minorar os impactos negativos das mudanças climáticas e fortalecer a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), é necessária a adoção de uma abordagem estratégica e colaborativa do Ministério Público, como agente de fomento do poder público, para recomendar e acompanhar políticas que incentivem a implementação de Soluções Baseadas na Natureza (SBN), para a conservação socioambiental, privilegiando soluções negociadas”.

O enunciado também contempla a necessidade de “acompanhar a implementação das SBNs nos atos administrativos de licenciamento ambiental, nos planos de ação climática, planos setoriais de mitigação e adaptação, planos de defesa civil, planos de contingência,



planos de ação para a prevenção e controle do desmatamento nos biomas, planos urbanísticos, de recursos hídricos e saneamento, entre outros importantes instrumentos administrativos e normativos nacionais, estaduais e municipais”.



RECOMENDAÇÃO

O Conselho Nacional do Ministério Público publicou no dia 13 de setembro, no Diário Eletrônico do CNMP, duas recomendações relativas ao meio ambiente. Ambas foram aprovadas, por unanimidade, na 1ª Sessão Ordinária de 2023 do Plenário Virtual, realizada de 31 de agosto a 4 de setembro.

A **Recomendação CNMP nº 103/2023** dispõe sobre o aprimoramento e a integração da atuação do Ministério Público para o enfrentamento da crise hídrica e estabelece estratégias jurídicas para prevenção, planejamento, previsão de cenários, mitigação e adequação às situações de escassez hídrica. A proposta foi apresentada pelo então presidente da Comissão de Meio Ambiente, conselheiro Engels Muniz, e relatada pelo conselheiro Antônio Edílio Magalhães.

De acordo com a norma, o trabalho estratégico do Ministério Público de combate à escassez hídrica poderá ser composto pelos seguintes eixos de atuação preventiva e repressiva: segurança hídrica nos Planos de Bacia; segurança hídrica nos Planos Municipais de Saneamento; segurança hídrica nas Outorgas de Uso da Água; segurança hídrica nos Contratos de Concessão de Saneamento; instrumentos econômico-financeiros de proteção da água; recuperação da Cobertura Florestal; e grupos de atuação integrada por bacia hidrográfica.





Já a **Recomendação CNMP nº 104/2023** dispõe sobre a utilização, pelo Ministério Público, de dados de sensoriamento remoto e de sistemas e plataformas de informações obtidas por satélite, para a defesa mais moderna e eficiente do meio ambiente. A proposta de recomendação foi apresentada pelo presidente da CMA, conselheiro Rinaldo Reis, e relatada pelo conselheiro Rogério

Varela. O CNMP recomenda que os Ministérios Públicos utilizem os dados de sensoriamento remoto e de sistemas e plataformas de informações obtidas por satélite em conjunto com os demais elementos do contexto probatório, sempre que possível, para a instrução probatória dos procedimentos extrajudiciais do MP.

Além disso, recomenda-se que os ramos e as unidades do Ministério Público interessados no acesso a dados de sensoriamento remoto, sistemas e plataformas de informações o façam por meio de termo de adesão com o Conselho, tendo em vista as parcerias realizadas pelo órgão com outras instituições. O Conselho recomenda, ainda, que os ramos e as unidades do Ministério Público criem programa de capacitação em sensoriamento remoto e geoprocessamento para membros e servidores que tenham atribuição nessa área, a partir dos seus centros de aperfeiçoamento, para ampliar o uso das ferramentas e atualização dos conhecimentos.

Grupos de Trabalho

GRUPO DE TRABALHO SOBRE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Na **4ª reunião**, ocorrida virtualmente no dia 07 de julho de 2023, foi apresentado ao grupo o “Cadastro Nacional de Municípios com Áreas Suscetíveis à Ocorrência de Deslizamentos de Grande Impacto, Inundações Bruscas ou Processos Geológicos ou Hidrológicos Correlatos” pelo diretor do Departamento de Obras e Proteção Civil da Secretária Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, Paulo Roberto Farias Falcão.

Também houve apresentação sobre o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Mitigação e Prevenção de Riscos de Desastres, da Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades para revisão das políticas públicas de prevenção de desastres, em



especial, no que se refere aos Planos Municipais de Redução de Risco – PMRR pelos assessores do DPR/SNP/MCidades, Daniela Buosi e Fernando Nogueira.

Na oportunidade, foi decidido pelo grupo sobre a criação de uma publicação contendo um **manual prático**, formado a partir da compilação de boas práticas verificadas nas unidades do MP e com sugestão de roteiros e peças-modelo; e um **livro de artigos**, com trabalhos inéditos e estudos de caso.

No dia 20 de setembro, ocorreu a **5ª reunião** do grupo, que contou com a participação da SECOM/CNMP na discussão de ajustes finais para diagramação da obra, fruto dos trabalhos do GT, composta por um manual prático e um livro de artigos doutrinários.



A reunião ocorreu como atividade prévia ao Seminário “Mudanças Climáticas: uma abordagem interdisciplinar”.

GRUPO DE TRABALHO SOBRE GESTÃO DE RESÍDUOS



Representantes das unidades ambientais dos Ministérios Públicos Estaduais e do Ministério Público do Trabalho encontraram-se na quarta-feira, dia 30 de agosto, com o objetivo de reunir informações para construção de um painel dinâmico como estratégia nacional de atuação interinstitucional na gestão de resíduos.



O encontro contou com a participação dos integrantes do “Grupo de Trabalho Resíduos” e representantes das unidades do Ministério Público, principalmente promotores. Um dos principais temas da pauta de trabalho foi a construção de um painel dinâmico como estratégia nacional de atuação interinstitucional na gestão de resíduos. A promotora de Justiça e membro auxiliar da CMA, Tarcila Gomes, destacou que a ideia é que esse painel possa demonstrar a evolução dos trabalhos das unidades ministeriais na atuação junto aos gestores estaduais e municipais, na redução de lixões, na implementação da logística reversa, entre outros indicadores.



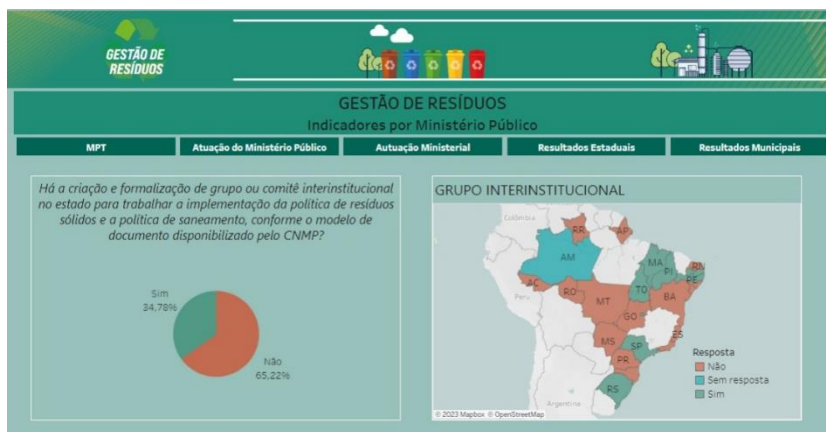
Ocorreu no dia 1º de agosto de 2023 a 1ª Reunião entre a CMA e o Núcleo de Ciência de Dados da Secretaria de Gestão Estratégica do CNMP para tratar sobre o desenvolvimento de BI sobre Resíduos.

A partir da realização de ações voltadas ao estabelecimento de uma Estratégia Nacional de Atuação Interinstitucional na temática de resíduos, foi desenvolvido pelos membros integrantes do GT um formulário de "Indicadores para acompanhamento pelo CNMP", a título de monitoramento do pleno cumprimento dos compromissos firmados. Por meio dessas informações, vislumbrou-se a construção de um painel dinâmico com a demonstração da evolução das unidades ministeriais na atuação junto aos gestores estaduais e municipais nessa temática.



No dia 18 de outubro, ocorreu a 2ª reunião, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos e realizar ajustes finais na construção da plataforma.

Lançamento do BI sobre Gestão de Resíduos



No dia 20 de novembro, ocorreu o lançamento do **Business Intelligence - Atuação do MP brasileiro na gestão de resíduos**. A chefe do Núcleo de Ciência de Dados do CNMP, Diana Leite, mostrou algumas funcionalidades do painel, como menus de navegação, abas, mapas

e gráficos.

O promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás e membro colaborador da CMA, Juliano Araújo, fez uma apresentação dos indicadores sobre a atuação do MP brasileiro na gestão de resíduos. ([Assista aqui ao lançamento da plataforma](#))

Entre outras questões, os indicadores tratam sobre planos de resíduos sólidos, coleta seletiva, inclusão socioprodutiva das cooperativas de catadores, regulação do saneamento básico, encerramento dos lixões, mecanismos de acompanhamento da implementação da logística reversa pelo MP, consórcio e regionalização da gestão de resíduos sólidos e função social dos contratos de limpeza pública.



Inventário de emissões de carbono

No dia 13 de julho, aconteceu o treinamento para instruir os setores envolvidos na coleta de dados para **Inventário de Emissões de GEE 2022 do CNMP**. A reunião contou com a participação da servidora da CMA Letícia Porchera Batista Cassaro, da equipe da *Future Carbon*, empresa responsável pela execução do inventário, e por representantes da Coordenadoria de Engenharia/CNMP, Coordenadoria de Gestão de Bens e Serviços/CNMP, Assessoria de Segurança e Transporte/CNMP, Secretaria de Gestão de Pessoas/CNMP e Coordenação de Concessão de Diárias e Passagens/CNMP.

Até o mês de setembro foram realizadas 6 reuniões, todas com o objetivo de orientar as unidades acerca do levantamento de dados necessários para elaboração do inventário de carbono do CNMP. A entrega final do relatório ocorreu no dia 16 de novembro, e a apresentação dos resultados está prevista para ocorrer em dezembro deste ano.



No dia 05 de dezembro, de forma pioneira, o **CNMP divulgou resultados sobre emissões de gases de efeito estufa na instituição**. O evento foi realizado na sede do CNMP, em Brasília, e transmitido pelo canal do Conselho no YouTube. **(Clique aqui para assistir)**



Ao divulgar, de forma pioneira, o inventário sobre as emissões de gases de efeito estufa, o CNMP assumiu posição de vanguarda, comprometendo-se tanto com agenda de diminuição das emissões quanto com a agenda de compensação.

A chamada "Agenda Net Zero" é parte da campanha global Race to Zero, encabeçada pela Organização das Nações Unidas (ONU), cujo objetivo é reduzir as emissões de gases de efeito estufa a zero líquido, ou seja, equilibrar as emissões humanas de gases de efeito estufa, retirando uma quantidade equivalente da atmosfera.



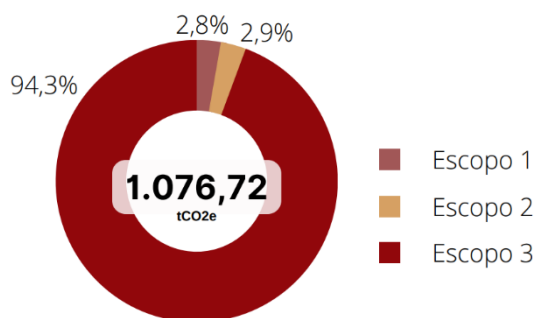
O Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa do CNMP para o ano de 2022 abrangeu as emissões diretas e indiretas provenientes das atividades emissoras dos escopos 1, 2 e 3.

No escopo 1, englobam-se as emissões diretas das atividades da organização, como aquelas originadas de equipamentos, veículos e sistemas de refrigeração pertencentes. No escopo 2, as emissões de GEE da geração de energia adquirida de terceiros e consumida pela organização, da grade do Sistema Interligado Nacional (SIN). Já as emissões do escopo 3 provêm de fontes externas à organização e incluem atividades como transporte, viagens aéreas e rodoviárias, deslocamento de colaboradores e gestão de resíduos e efluentes.

Em relação ao escopo 1, o CNMP foi responsável por 2,8% das emissões de gases do efeito estufa (29,57 toneladas de gás carbônico). O escopo 2 representa 2,9% das emissões (31,36 toneladas de gás carbônico). Já em relação ao escopo 3, o CNMP registrou 94,3% (1.015,79 toneladas de gás carbônico).



EMISSÕES TOTAIS



Emissões de escopo 1, 2 e 3 (em %)

O Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa é fruto do termo de adesão da empresa Future Carbon Holding S.A. ao acordo de cooperação técnica celebrado entre o CNMP e o Instituto Rede Brasil do Pacto Global da Organização das Nações Unidas em fevereiro deste ano.

O acordo tem o objetivo de implementar ações e projetos que contribuam para o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a disseminação dos 10 Princípios do Pacto Global da ONU no

Brasil e o aumento da conscientização e promoção da Agenda 2030 no Ministério Público.

O inventário é o primeiro passo para que as organizações possam contribuir no combate às mudanças climáticas. Ele permite conhecer os impactos da atividade operacional, estabelecer estratégias, planos e metas para a redução das emissões de GEE.



Evento de encerramento da gestão - 2023

No dia 20 de novembro, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Conselho Nacional do Ministério Público realizou, na sede do CNMP, evento de **encerramento da gestão 2023**. Durante a solenidade de abertura, o conselheiro Rinaldo Reis agradeceu a cada membro do Ministério Público pelo comprometimento exemplar, pela dedicação incansável e pela paixão demonstrada em cada ação.



O fim do evento de encerramento da gestão 2023 foi o momento de reforçar os trabalhos do conselheiro Rinaldo Reis como presidente da CMA. Na ocasião, foi exibido um vídeo com imagens que marcaram sua gestão à frente da comissão.

A promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás e membro auxiliar da CMA, Tarcila Santos, em nome da comissão, entregou uma placa de homenagem ao conselheiro Rinaldo Reis. O evento foi **transmitido ao vivo pelo Youtube** e prestigiado por membros do Ministério Público, presidentes e representantes de associação, advogados e servidores.

Confira aqui as publicações e boletins da gestão 2022-2023

